



Estudo exploratório sobre critérios de veracidade em relatos de eventos de vida: considerações para a perícia psicológica criminal de adultos

**Patrícia Vasconcelos Machado
Maiala Bittencourt Silvano
Claudio Simon Hutz**

Resumo: O objetivo do estudo foi testar os critérios da técnica de Análise de Conteúdo Baseada em Critérios (*Criteria-Based Content Analysis* – CBCA) em relatos comuns de adultos, visando verificar quais critérios são mais frequentes em relatos verdadeiros. Foram realizadas 46 entrevistas com relato livre e perguntas abertas com adultos a partir de 18 anos e escolaridade mínima de ensino médio, propondo-se 3 tarefas: 2 relatos (um verdadeiro e um falso) e a aplicação da Escala Fatorial de Neuroticismo – EFN. Na análise das entrevistas, observou-se que os critérios “5: Descrições de interações” e “8: Detalhes não usuais” são significativamente mais presentes nos relatos verdadeiros. Os itens significativos para a verificação da credibilidade do testemunho poderão ser futuramente utilizados em novas pesquisas que explorem a análise das versões apresentadas à perícia criminal oficial durante a reprodução simulada dos fatos, após serem testados, em novas pesquisas específicas frente à veracidade na técnica pericial.

Palavras-chave: veracidade, testemunho, adulto.

Exploratory study on truthfulness criteria in reports of life events: Considerations for the criminal psychological investigation of adults

Abstract: The aim of the research was to test the criteria of the Criteria-Based Content Analysis – CBCA technique in common reports of adults to ascertain which are the most frequent in true reports. Forty six free reports and open questions interviews with adults with minimum age of 18 years and at least high school education were made. Three tasks were proposed: to tell two stories (one true and one false) and to answer the Factorial Scale of Neuroticism – EFN. The analysis of the interviews showed that criteria “5: description of interactions” and “8: non-usual details” were significantly more frequent in true reports. The significant items for checking the credibility of the testimony can be further explored in new research to explore the analysis of the versions presented to the crime scene investigators during reconstruction, after being tested in specific new research on expert technical veracity.

Keywords: truthfulness, testimony, adult.

Introdução

Na investigação pericial, um fato muito comum referente ao testemunho de determinado acontecimento criminal é que este pode implicar diversas versões até mesmo antípodas. Os testemunhos dos indivíduos divergem, pois os relatos trazidos a respeito de um crime têm motivações diversas. No caso do suspeito, sua motivação, em geral, é livrar-se da acusação para evitar a punição. A vítima, quando sobrevivente, pode ter diferentes motivações: buscar justiça para si mesma, através da verdade ou

através do excesso nos detalhes de um fato – neste caso, com o intuito de prejudicar mais o perpetrador. As testemunhas podem ter motivações diversas também, dependendo de seu senso moral e das relações pessoais que têm com o suspeito ou com a vítima. As testemunhas mais verossímeis são aquelas que simplesmente presenciaram o fato, sem ter relação pessoal alguma com quaisquer das partes, nem interesses outros além de dizer a verdade.

Cabe aos pesquisadores fornecer aos investigadores criminais técnicas que irão ajudá-los a produzir evidências que serão sustentadas no tribunal. Existe, assim, a necessidade de examinar as versões das testemunhas, vítimas e suspeitos com cautela, distinguindo-as entre si, para obter uma versão mais próxima do que verdadeiramente ocorreu. Por mais diversas que sejam as versões entre si, dentro do universo oferecido ao perito para inspeção, para que sejam todas consideradas possíveis de terem ocorrido, basta que os discursos apresentem coerência com o contexto (Vrij & Granhag, 2012)

Um dos principais instrumentos utilizados para verificar a credibilidade de um testemunho é a *Criteria-Based Content Analysis* – CBCA. O problema encontrado nessa análise de conteúdo é a ausência de um ponto de corte que determine, quantitativamente, se uma versão é verdadeira ou falsa.

O presente artigo pretende analisar quais são os critérios que contribuem para detectar a veracidade dos relatos de contexto geral. Nesse estudo, entendemos por relato verdadeiro o fato que foi genuinamente vivido pelo seu relator e relatado sem distorção deliberada de informações. Consideramos relato não verdadeiro aquele que, proposital e conscientemente, através de distorção das informações, diverge dos fatos reais vividos com o intuito de simplesmente induzir a erro.

Statement Validity Assessment/Analysis (SVA)

Na Psicologia, atualmente, há três enfoques na avaliação da credibilidade do testemunho: fisiológico, comportamental e centrado no conteúdo. No enfoque centrado no conteúdo situa-se o Statement Validity Assessment/Analysis (SVA), desenvolvido por Undeutsch (1989). A premissa principal do SVA é de que um testemunho derivado da memória de uma experiência real difere em conteúdo e em qualidade de um testemunho baseado em fantasia ou invenção. Ressalta-se que o SVA não é uma técnica que detecta mentiras. Ela mostra os aspectos de um relato que fazem com que ele tenha mais credibilidade. A ausência de critérios não pode ser usada para interpretar o relato como mentiroso: ele apenas não proporciona suficientes indícios de credibilidade. O SVA contém três partes: Entrevista Cognitiva, verificação de 19 critérios do CBCA e Lista de Controle da Validade do Testemunho (Griesel, Ternes, Schraml, Cooper & Yuille, 2013 Vrij, 2005).

Enfoques na avaliação da credibilidade do testemunho

Na Psicologia, atualmente, há três enfoques na avaliação da credibilidade do testemunho (Bembibre Serrano & Higuera-Cortés, 2010): fisiológico, comportamental e centrado no conteúdo. No enfoque centrado no conteúdo situa-se o Statement Validity Assessment/Analysis (SVA), desenvolvido por Undeutsch (1989). A premissa principal

do SVA é de que um testemunho derivado da memória de uma experiência real difere em conteúdo e em qualidade de um testemunho baseado em fantasia ou invenção. Ressalta-se que o SVA não é uma técnica que detecta mentiras. Ela mostra os aspectos de um relato que fazem com que ele tenha mais credibilidade. A ausência de critérios não pode ser usada para interpretar o relato como mentiroso: ele apenas não proporciona suficientes indícios de credibilidade (Griesel, Ternes, Schraml, Cooper & Yuille, 2013). O SVA contém três partes: Entrevista Cognitiva, verificação de 19 critérios do CBCA e Lista de Controle da Validade do Testemunho (Vrij, 2005).

SVA – Parte I: Entrevista Cognitiva: A Entrevista Cognitiva, utilizada comumente no SVA, possui 5 fases: 1) rapport; 2) recriação do contexto original; 3) narrativa livre; 4) questionamento baseado em perguntas abertas; e 5) fechamento.

SVA – Parte II: Criteria-Based Content Analysis (CBCA): O *Criteria-Based Content Analysis* (CBCA) é utilizado para distinguir relatos baseados em experiências realmente vividas de relatos intencionalmente inventados, de testemunhas adultas ou infantis, relativos a interações sexuais ou a outros tópicos (Vrij, 2005).

SVA – Parte III: Lista de Controle da Validade: A Lista de Controle da Validade verifica os 11 critérios, cujas respostas negativas reforçam a consistência dos achados (Rovinski, 2004). Trata-se de uma lista aplicada exclusivamente no contexto forense, não sendo avaliado no presente estudo.

Pesquisas com o SVA/CBCA em adultos

Há vários estudos feitos com adultos, com aplicação dos critérios do CBCA em situações diversas da de abuso sexual (Vrij, Edward & Bull, 2001b, Vrij & Ganis, 2014). O CBCA tem sido amplamente pesquisado e, segundo Vrij e Ganis (2014), “*mais de 50 estudos empíricos sobre este método foram publicados até o momento, principalmente com participantes adultos*”. De acordo com Rassin (1999), a aplicação do CBCA tem sido estendida a adultos nos tribunais holandeses. Destacam-se os estudos, por ordem cronológica, de Köhnken, Schimossek, Aschermann e Höfer, 1995; Zaparniuk, Yuille e Taylor, 1995; Ruby e Brigham, 1997; Akehurst, Köhnken e Höfer, 2001; Vrij, Edward e Bull, 2001a; Vrij, Akehurst, Soukara e Bull, 2002; Vrij, Akehurst, Soukara e Bull, 2004a e 2004b; Vrij, 2005; Willén e Strömwall, 2012; Ptacek, 2013. Muitas pesquisas com adultos trazem uma história criada em laboratório, com a qual os participantes entram em contato (por fotos, vídeos, relatos orais ou relatos escritos) e, posteriormente, relatam o que lembram, sendo instruídos a dizer a verdade ou a mentir. Essa história criada é um contexto controlado que gera uma lembrança sem conexão com a história de vida da pessoa, provavelmente sem conteúdo afetivo, sem impacto pessoal. É uma lembrança não genuína, criada para a pesquisa. Como seria um estudo que utilizasse lembranças reais, de fatos marcantes para o participante, sem o controle do pesquisador e dos avaliadores quanto a uma história específica?

Assim, com o objetivo de iniciar a busca por uma forma eficaz de avaliar a credibilidade do testemunho, foi feito um estudo de modelo experimental para testar a aplicabilidade em adultos do *Criteria-Based Content Analysis* (Análise de Conteúdo Baseada em Critérios), parte importante do *Statement Validity Assessment* (Avaliação

da Validade do Testemunho), verificando-se se e quais critérios têm mais poder para a análise de relatos de adultos. Não foram encontrados estudos publicados sobre o tema em âmbito nacional ou regional, somente estudos internacionais.

Método

Foram realizadas entrevistas, gravadas em vídeo, solicitando-se aos entrevistados a tarefa de relatar um fato verídico e outro confabulado, sendo que o entrevistador não sabia se o fato relatado era fidedigno ou confabulado. Para isso, antes dos relatos, cada participante sorteou qual relato seria contado primeiro: o verdadeiro ou falso. O participante recebeu um número para identificá-lo que foi depositado em uma urna que foi aberta após a conclusão das análises. As entrevistas gravadas foram distribuídas para dois avaliadores que analisaram os relatos a partir dos critérios do CBCA, e um terceiro avaliador analisou todos os relatos, aleatoriamente, apenas com as transcrições *verbatim*. Nos critérios em que houve divergências entre dois avaliadores, o critério de desempate baseou-se na avaliação de um terceiro avaliador.

Participaram do estudo 46 sujeitos, sendo 20 do sexo masculino (43,5%) e 26 do sexo feminino (56,5%). Entre os respondentes 7 (15,2%) possuíam até o ensino médio completo, 23 (50,0%) ensino superior incompleto e 16 (34,8%) ensino superior completo ou pós-graduação. A idade média dos participantes foi $35,8 \pm 13,2$ anos.

Entrevista (*rapport*, narrativa livre, questionamento com perguntas abertas e fechamento, conforme é realizada na perícia psicológica criminal do Instituto-Geral de Perícias do Estado do Rio Grande do Sul, sem a fase de recriação do contexto original que faz parte da entrevista cognitiva original do SVA), *Criteria-Based Content Analysis – CBCA* e Escala de Ajustamento Emocional/Neuroticismo – EFN (Hutz & Nunes, 2001).

Inicialmente foi feito um *rapport*, explicando-se o objetivo do estudo. Ao aceitar participar da pesquisa, o participante assinou um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na etapa final a entrevistadora fez uma entrevista *follow-up* (pequeno questionário pós-entrevista), perguntando: 1) como o participante se sentiu durante o trabalho; 2) como ele se sentiu em relação à gravação em vídeo; 3) qual foi o relato mais difícil de fazer e por quê; 4) se o relato falso foi totalmente falso ou se teve detalhes/fatos verdadeiros inseridos; 5) outras eventuais dificuldades; 6) se desejava ter retorno da pesquisa. Esse foi o momento em que cada um depositou seu papel sorteado com a demanda da 1ª tarefa na urna.

Após degravação dos relatos, feita pela entrevistadora, foram realizadas as seguintes análises:

- Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Essa análise foi feita a partir do levantamento dos relatos utilizando-se as categorias da Análise de Conteúdo Baseada em Critérios (*Criteria-Based Content Analysis – CBCA*), que se constitui de avaliação sistemática do relato, registrando-se a presença ou ausência de 19 critérios de veracidade (Rovinski, 2004). As definições de cada critério utilizadas neste trabalho foram as mais atuais (Griesel et al., 2013; Vrij & Ganis, 2014) – que não são oponentes, mas similares e/ou complementares. Foram desconsiderados cinco relatos (três verdadeiros e dois

falsos), por serem curtos demais e não serem passíveis de análise pelo CBCA. Os critérios 13 e 18 foram adaptados para essa pesquisa, considerando que a entrevista não é feita necessariamente com vítimas (contexto geral, e não criminal): ao invés de “alusões ao estado mental do perpetrador” (critério 13) e “perdão ao perpetrador” (critério 18), utilizou-se “alusões ao estado mental de outro sujeito presente” e “perdão a outro sujeito presente no relato”, respectivamente.

- Análise estatística descritiva (médias e frequências) e análise de regressão logística (SPSS, versão 21) dos 19 critérios do CBCA nos relatos verdadeiros e nos relatos não verdadeiros;

- Análise qualitativa, com auxílio do Centro de Análise de Dados do PPG-Psicologia da UFRGS, utilizando-se o software NVIVO (versão 10), buscando-se os temas escolhidos, as referências aos cinco sentidos e a sensações físicas, bem como outros dados julgados relevantes na qualidade do relato;

- Análise da Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo, comparando-se os resultados do teste e os resultados das demais análises, controlando-se a eventual incidência de determinados traços (ansiedade, por exemplo) nos relatos.

O entrevistador dividiu os dois relatos de cada participante em dois grupos e distribuiu para dois avaliadores: os relatos nº 1 para um avaliador nº 1; os relatos nº 2 para o avaliador nº 2. O avaliador nº 3 analisou todos os relatos aleatoriamente, sem ver os vídeos, para que não houvesse qualquer eventual influência de lembrança do avaliador em relação ao comportamento do participante numa determinada filmagem, de forma que isso pudesse influenciá-lo quando da análise do outro relato do mesmo participante. Todos os avaliadores eram psicólogos treinados na aplicação e na avaliação do SVA: o avaliador nº 1 era treinado recentemente, com poucas horas de treinamento; os avaliadores nº 2 e 3 eram treinados há três anos, com carga horária mais extensa e prática profissional na análise com o SVA, na perícia psicológica.

A Análise de Conteúdo Baseada em Critérios (*Criteria-Based Content Analysis*) foi realizada pelos avaliadores isoladamente, sendo que cada um marcou a presença ou a ausência de cada critério do CBCA em cada um dos relatos que lhe foram destinados. Os critérios que não se aplicavam ao relato também foram marcados como “ausentes” (ao invés de “não se aplica”), porque a aplicação ou não dos critérios é o que também está sendo estudado nessa pesquisa.

Após a tabulação final da avaliação de cada relato, realizou-se a abertura da urna e a identificação dos entrevistados. Com esta identificação, puderam-se verificar os critérios do CBCA que estavam mais presentes nos relatos verdadeiros em comparação com os relatos falsos.

Em relação aos dados quantitativos, foi feita análise de frequência dos critérios mais recorrentes nos relatos verdadeiros. Na análise qualitativa, fez-se um levantamento dos temas trazidos pelos participantes nos relatos e dos dados da entrevista *follow-up* e considerações sobre o levantamento de dados dos avaliadores. Com os resultados da Escala Fatorial de Ajustamento Emocional/Neuroticismo, foi possível verificar se a eventual ansiedade ou traços de personalidade dos entrevistados tiveram alguma influência em suas respostas, observando-se se a incidência de uma característica pessoal aferida pelo teste produz diferenças no seu desempenho nos relatos.

Resultados e discussão

A Tabela 1 apresenta os resultados observados nos 19 critérios analisados em relação ao tipo de relato.

Tabela 1 – Distribuição da presença do critério em relação ao tipo de relato.

Critérios	Relato (em %)		p ^a
	Falso	Verdadeiro	
1. Estrutura Lógica	95,5	93,0	0,67
2. Produção desestruturada	59,1	55,8	0,83
3. Quantidade de detalhes	70,5	67,4	0,81
4. Encaixe conceitual	95,5	90,7	0,43
5. Descrições de interações	54,5	65,1	0,38
6. Reprodução de verbalizações	20,5	34,9	0,15
7. Complicações inesperadas durante o incidente	31,8	27,2	0,65
8. Detalhes não usuais	18,2	34,9	0,09
9. Detalhes supérfluos	29,5	44,2	0,18
10. Incompreensão de detalhes relatados com precisão	0,0	0,0	-
11. Associações externas relacionadas	20,5	30,2	0,33
12. Alusões ao estado mental subjetivo	65,9	74,4	0,48
13. Alusões ao estado mental de outro sujeito presente	4,5	2,3	1,00
14. Correções espontâneas	20,5	20,9	1,00
15. Reconhecimento da falta de memória	27,3	27,9	1,00
16. Levantamento de dúvidas sobre seu próprio testemunho	2,3	2,3	1,00
17. Autodepreciação	4,5	7,0	0,67
18. Perdão ao outro sujeito presente no relato	0,0	0,0	-
19. Detalhes característicos do evento	4,5	7,0	0,67

^a - Significância do Teste Exato de Fischer.

No que concerne a distribuição dos critérios em relação aos relatos, destacam-se os critérios “10. incompreensão de detalhes relatados com precisão” e “18. Perdão ao outro sujeito presente no relato”, que não foram identificados em quaisquer tipos de relatos (falsos ou verdadeiros). Esse resultado era esperado, considerando-se que o critério 10 é comum nos relatos feitos por crianças ou incapazes e o critério 18 é comum somente nos relatos envolvendo conflito, como nos contextos criminais (Akehurst, Köhnken & Höfer, 2001; Landry & Brigham, 1992; Vrij, Akehurst, Soukara & Bull, 2002, 2004a,

2004b; Vrij, Mann, Kristen & Fischer, 2007). O resultado do teste de Fischer, aplicado para avaliar a associação entre os critérios e o tipo de relato, apresentou resultados não significativos para todos os critérios.

Nos coeficientes do modelo de regressão logística ajustado observou-se que o critério “8: Detalhes não usuais” apresentou resultados significativos (p -valor=0,008). Além deste, os critérios “2: Produção desestruturada”, “3: Quantidade de detalhes”, “4: Encaixe conceitual”, “5: Descrições de interações” e “9: Detalhes supérfluos” apresentam resultados significativos ao nível de 25%. Um novo ajuste foi então realizado com estes critérios, excluindo as demais variáveis do modelo. O *Omnibus* teste para os coeficientes do modelo apresentou resultados significativos (p <0,04) com coeficiente de determinação de Nagelkerke R^2 igual a 0,18. O teste de Hosmer e Lemeshow (2001) não apresentou resultados significativos (p <0,99), indicando elevada adequabilidade do modelo. Verifica-se que, neste contexto, os critérios “5: Descrições de interações” e “8: Detalhes não usuais” são significativos ao nível de 5%.

O *Oddsratio* (exp^b) dos critérios significativos apresentou valores de 3,21 e 4,98, respectivamente. Ou seja, na presença destes critérios, a chance do relato ser verdadeiro aumenta este número de vezes, isto é, um relato que apresente “Descrição de interações” (critério 5) é 3,21 vezes mais provável de ser verdadeiro do que ser falso. O mesmo é observado para o critério “Detalhes não usuais” (critério 8): a presença deste tipo de detalhes no relato aumenta sua chance de ser verdadeiro em aproximadamente 5 vezes ($OR=4,98$).

Em relação aos “Detalhes não usuais” (critério 8), DePaulo, Lindsay, Malone, Muhlenbruck, Charlton e Cooper (2003) referem que as histórias inventadas incluem menos conteúdos não usuais, corroborando o resultado desse critério como significativamente mais presente nos relatos verdadeiros. De acordo com Bensi, Gambetti, Nori e Giusberti (2009), é mais provável que relatos verdadeiros sejam ricos em detalhes não usuais, fortuitos ou acidentais, somente quando comparados em delineamento dentro-sujeitos. Griesel et al. (2013) apontam que há teóricos que consideram o detalhe não usual como opcional nos relatos verdadeiros, enquanto os critérios de estrutura lógica e uma quantidade apropriada de detalhes seriam obrigatórios. Em geral, o critério “8: detalhes não usuais” é corroborado na literatura como mais frequente nos relatos verdadeiros (Akehurst et al., 2001; Vrij, Edward & Bull, 2001a). Isso é muito relevante para a prática pericial.

O critério “5: Descrição de interações” não se destaca nas pesquisas com adultos como um critério significativamente mais frequente nos relatos verdadeiros do que nos falsos. Na prática pericial, é muito comum que haja descrições de interações em relatos verdadeiros e falsos, igualmente, pois os relatos de eventos criminosos, em geral, envolvem interações de, pelo menos, duas pessoas – a menos que o relato seja de um crime mais silencioso, como um furto. Então, embora o resultado para “5: Descrição de interações” seja estatisticamente significativo, para a prática profissional da perícia o resultado para este critério não é relevante.

A Entrevista *Follow-up* com os sujeitos da pesquisa apontou que, de fato, nem todos os participantes conseguiram efetuar o seu relato de modo completamente falso (apenas 13 participantes conseguiram). Em alguns casos, o relato falso foi complementado ou baseado em algum fato verdadeiro. Considerando isso, reproduziu-se as análises levando-

se em conta que os relatos podem ser classificados em três grupos distintos: os que efetuaram um relato puramente verdadeiro, os que efetuaram um relato completamente falso e os que efetuaram um relato parcialmente falso. Neste caso, a modelagem ajustada é a logística multinomial, que consiste no ajuste de dois modelos logísticos, um para cada grupo, em relação ao grupo de referência (definido como o relato ser verdadeiro). Nesta nova configuração, foram inicialmente avaliadas as associações simples entre critérios e tipo de relato, sendo estes avaliados com o teste qui-quadrado. Os resultados são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 – Distribuição da presença do critério em relação ao tipo de relato.

Critérios	Relato (em %)			p ^a
	Falso	Parcialmente Falso	Verdadeiro	
1. Estrutura lógica	15,9	35,4	48,8	0,78
2. Produção desestruturada	16,0	36,0	48,0	0,93
3. Quantidade de detalhes	16,7	35,0	48,3	0,95
4. Encaixe conceitual	17,3	34,6	48,1	0,49
5. Descrições de interações	15,4	30,8	53,8	0,58
6. Reprodução de verbalizações	12,5	25,0	62,5	0,32
7. Complicações inesperadas durante o incidente	13,3	33,3	53,3	0,82
8. Detalhes não usuais	8,7	26,1	65,2	0,19
9. Detalhes supérfluos	6,3	34,4	59,4	0,13
10. Incompreensão de detalhes relatados com precisão	0,0	0,0	0,0	-
11. Associações externas relacionadas	9,1	31,8	59,1	0,46
12. Alusões ao estado mental subjetivo	14,8	32,8	52,5	0,67
13. Alusões ao estado mental de outro sujeito presente	0,0	66,7	33,3	0,45
14. Correções espontâneas	16,7	33,3	50,0	0,99
15. Reconhecimento da falta de memória	20,8	29,2	50,0	0,69
16. Levantamento de dúvidas sobre seu próprio testemunho	50,0	0,0	50,0	0,33
17. Autodepreciação	0,0	40,0	60,0	0,60
18. Perdão ao outro sujeito presente no relato	0,0	0,0	0,0	-
19. Detalhes característicos do evento	0,0	40,0	60,0	0,60

^a- Significância do Teste Qui-quadrado.

O modelo inicial, com a presença dos 17 critérios, além das variáveis idade, escolaridade e gênero, não apresentou resultados significativos. A presença de um número elevado de categorias com zeros gerou singularidades que indicam que algumas deveriam ser excluídas ou agrupadas. Este resultado é confirmado pelo teste de adequabilidade

Goodness-of-fit de Pearson ($p < 0,04$). Este resultado indica que este modelo não é adequado ao conjunto de dados observados.

Uma seleção prévia de variáveis foi efetuada com base nos resultados do modelo logístico e dos testes de associação apresentados na Tabela 2. As variáveis e coeficientes deste modelo inicial são apresentados na Tabela 3. O teste de diagnóstico deste modelo apresentou resultado satisfatório (*Goodness-of-fit*: $p < 0,21$; coeficiente de determinação Nagelkerke $R^2 = 0,24$).

Tabela 3 – Coeficientes do ajuste do modelo multinomial inicial.

Variáveis no modelo	Relato Falso					Relato Falseado				
	B	Erro padrão	Wald	g.l.	p<	B	Erro padrão	Wald	g.l.	p<
2. Produção desestruturada	0,83	.868	.93	1	.334	.79	.67	1.3	1	.24
3. Quantidade de detalhes	1.15	.94	1.5	1	.219	.93	.72	1.6	1	.20
4. Encaixe conceitual	-.93	.85	1.18	1	.27	1.02	1.04	.96	1	.32
5. Descrições de interações	-.26	.99	.07	1	.79	-.96	.68	2.01	1	.15
6. Reprodução de verbalizações	-2.14	1.03	4.25	1	.03	-.52	.75	.48	1	.48
8. Detalhes não usuais	-1.76	.94	3.46	1	.06	-1.46	.75	4.20	1	.04
9. Detalhes supérfluos	-.56	.97	.33	1	.56	-.40	.60	.45	1	.49
11. Associações externas relacionadas	-.53	.80	.43	1	.50	-.35	.67	.28	1	.59
12. Alusões ao estado mental subjetivo	-15.80	4656.19	.00	1	.99	-.34	.60	.31	1	.57
13. Alusões ao estado mental de outro sujeito presente	.26	1.89	.02	1	.88	.88	1.32	.44	1	.50
16. Dúvidas sobre o próprio testemunho	-17.72	.83	454.3	1	.00	-17.49	5597.2	.00	1	.99

A seguir, um modelo logístico foi ajustado apenas aos relatos verdadeiros e falsos (excluindo-se os relatos falseados). Através do método *BackwardStepwise* (Wald), as variáveis “3: Quantidade de detalhes”, “5: Descrições de interações”, “8: Detalhes não usuais”, “9: Detalhes supérfluos” e “14: Correções espontâneas” foram selecionadas. O teste *Omnibus* para os coeficientes do modelo apresentou $p < 0,06$. Já o R^2 de Nagelkerke

obtido foi de 0,25. O teste de Hosmer e Lemeshow (2001) obteve $p < 0,97$, apresentando aderência deste modelo aos dados. Os coeficientes deste modelo são apresentados na Tabela 4.

Tabela 4 – Coeficientes do ajuste do modelo Logístico (dados falseados removidos).

Variáveis no modelo	B	Erro padrão	Wald	g.l.	p<
3. Quantidade de detalhes	-1.62	.92	3.06	1	.08
5. Descrições de interações	1.15	.84	1.88	1	.17
8. Detalhes não usuais	2.00	1.10	3.29	1	.07
9. Detalhes supérfluos	2.03	.93	4.68	1	.03
14. Correções espontâneas	-1.43	1.03	1.91	1	.16

Percebe-se que apenas a inclusão de detalhes supérfluos (critério 9) é significativa ao nível de 5%. Para este critério, o OddsRatio é de 7,64, isto é, a inclusão deste tipo de detalhe no relato aumenta a chance de que ele seja verdadeiro em aproximadamente 8 vezes. Quanto à capacidade assertiva deste modelo, um percentual geral de 78,9% foi obtido. Destes, 97,7% de assertividade é obtida no caso do sujeito estar relatando um fato verdadeiro, enquanto que esta assertividade é de apenas 21,4% quando o sujeito está relatando um fato falso.

Para que seja estatisticamente significativa a proporção da diferença da presença de critérios do CBCA nos relatos deve ser de 1:6, no mínimo. A análise mostrou que 23 sujeitos tiveram mais critérios nos relatos verdadeiros, 16 sujeitos tiveram mais critérios nos relatos falsos, 3 sujeitos tiveram o mesmo número de critérios nos dois relatos. Não foi possível comparar os relatos de 4 sujeitos, visto que um dos relatos foi anulado por não ser possível avaliá-lo pelos critérios do CBCA. Assim, foi possível constatar que: 1) que não há garantias de que nos relatos verdadeiros haja mais critérios do que nos falsos; 2) que quando há mais critérios nos verdadeiros do que nos falsos, nem sempre o número de critérios é significativamente mais alto em um do que em outro. De forma geral, para se avaliar um relato em sua veracidade, o que importa não é a quantidade de critérios, mas o tipo de critério mais usado nos relatos verdadeiros. Segundo Griesel et al. (2013), a decisão sobre a veracidade de um relato é, em geral, qualitativa (sem “pontuações”, sem uma quantidade mínima padronizada de critérios), e o quadro de referência é sempre interno, do entrevistado, ou seja, uma comparação da declaração da pessoa com o desempenho de outros indivíduos de CBCA não é útil.

Detalhes externos e sensações físicas

Utilizando-se o software NVIVO, buscou-se nos relatos verdadeiros e falsos, além dos 19 critérios do CBCA, o que na técnica de *Reality Monitoring* se chama de “detalhes externos”, que são os cinco sentidos, acrescentando-se, ainda, a busca por detalhes de sensações físicas. A busca por esses critérios foi realizada de forma independente por dois avaliadores. Posteriormente, suas análises foram comparadas pela pesquisadora. Houve diferenças entre os avaliadores no que diz respeito à escolha dos trechos em que

os critérios surgiram. Assim, considerou-se, em princípio, os trechos em que ambos os avaliadores concordaram haver as referências buscadas.

Relatos verdadeiros e falsos, naturalmente, apresentam detalhes referentes aos sentidos, destacaram-se diferenças significativas nos relatos verdadeiros quanto à presença de detalhes do sentido de visão. Quanto às sensações físicas gerais, elas surgiram em ambos os tipos de relatos.

Relatos verdadeiros e falsos trazem igualmente uma carga afetiva sendo que os estados afetivos mais referidos nos relatos são o medo e a felicidade: o medo foi significativamente relatado em ambos os relatos (V=14; F=17); e a felicidade, nos relatos verdadeiros (V=12; F=3). É importante frisar que a maioria das menções aos sentimentos e emoções nos relatos é negativa (V=79 de 99; F=76 de 88).

Entrevista Follow-Up

Em relação aos sentimentos do participante durante toda a entrevista, as manifestações foram, em sua maioria, de tranquilidade, sem incômodos. Dentre os que sentiram alguma espécie de desconforto (23%), foi relatado como causas a ansiedade, a preocupação em responder bem às demandas ou o desconforto com a mentira (dificuldade para inventar uma história, sentir-se moralmente mal ao mentir, medo de não ser convincente). Em relação ao fato de a entrevista estar sendo gravada em audiovisual, 22 participantes (50%) relataram ter tido algum tipo de desconforto (nervosismo, estranheza, vergonha/constrangimento, insegurança), mesmo que temporário (em geral, no início do trabalho).

Para 40 participantes, o relato mais difícil de ser feito foi o relato falso, pelas seguintes razões: dificuldade cognitiva para criar um evento que não ocorreu de fato, tentativa árdua de convencer e não se contradizer, dificuldade em controlar o comportamento manifesto (vontade de rir, tremor, por exemplo) e/ou dificuldade moral com a mentira (não tolerar a mentira). Para 4 participantes, o relato verdadeiro foi o mais difícil, por expor questões pessoais mais delicadas e/ou que os afetavam emocionalmente. Apenas 2 participantes não elegeram um dos relatos como o mais difícil.

Escala Fatorial de Neuroticismo – EFN

Os participantes que apresentaram um nível alto de ansiedade (4 participantes com $N3 > 85$) tinham idades entre 24 e 33 anos, escolaridade ensino superior (incompleto ou completo), e apresentaram um mínimo de 5 critérios de veracidade nos relatos falsos. Quanto à qualidade do relato, não foram verificadas diferenças em relação aos relatos dos demais participantes (3 desses 4 participantes apresentaram os critérios 5 e 8 – encontrados significativamente nos relatos verdadeiros – em seus próprios relatos). Dos 46 participantes, 10 apresentam resultados de provável distúrbio psíquico, com divergências na pontuação geral (menor que 80 ou maior que 120) e na pontuação em mais de duas subescalas (menor que 15 ou maior que 85) em relação ao esperado. Mesmo estes participantes não tiveram resultados significativamente diferentes daqueles participantes que obtiveram pontuação geral e nas subescalas consideradas como dentro da “normalidade”. Assim, o nível de ansiedade (que era a principal questão a ser controlada pelo EFN nesse estudo), bem como os níveis de vulnerabilidade,

desajustamento psicossocial ou depressão, nesta amostra não se mostraram relevantes como fatores capazes de influenciar a capacidade de contar uma história, de inventar uma mentira ou de apresentar no relato verdadeiro os critérios considerados significativos nessa pesquisa.

Observou-se que, em lembranças legítimas de eventos de contexto geral (não necessariamente criminal), grande parte dos indivíduos possuem detalhes não usuais. Outra contribuição da pesquisa foi a de mostrar que a falta de consenso quanto à tomada de decisão sobre a presença ou a ausência de cada critério num relato é o que resulta em divergências entre avaliadores. Certamente, há menos divergências entre avaliadores bem treinados e com mais experiência prática com esse trabalho, mas elas existem. Para que uma técnica possa ser utilizada sem óbices pela perícia é necessário haver uma padronização no levantamento desses dados. Havendo essa padronização, através de pesquisas científicas, poderemos aprofundar as pesquisas em relação à importância de cada critério na avaliação da credibilidade do relato.

Uma das dificuldades na pesquisa foi a motivação do entrevistador para questionar o entrevistado devido à inexistência de um evento criminoso a ser investigado e suas questões: o quê, quando, como, por quê e quem. Da mesma forma, o entrevistado também não teve uma motivação muito forte para fazer relatos bem elaborados. Embora a baixa motivação do entrevistado tivesse um papel importante na pesquisa (neutralizar o fator emocional para verificar a presença dos critérios em relatos comuns, fora do contexto criminal), a baixa motivação pode ter influenciado para que o participante não se empenhasse na tarefa de mentir. O máximo de motivação que conseguimos produzir nesta pesquisa, para que esta fosse eticamente aceitável no Brasil, foi a explicação ao entrevistado de que a capacidade de convencimento de uma pessoa pode estar ligada à sua inteligência, sendo importante que em cada relato o entrevistado fizesse todo o possível para convencer o entrevistador de que o relato é verdadeiro. Deveria haver a possibilidade de se proporcionar motivação mais forte do que uma motivação de desafio, sem que seja necessariamente a motivação insuperável do medo, a motivação de defender, a si mesmo ou a familiares, de uma acusação real, como o que ocorre com o entrevistado submetido à perícia psicológica em eventos criminais. A amostra foi relativamente pequena. É possível que com amostra maior outros critérios significativos poderiam ter surgido nos relatos verdadeiros. Sugere-se um número maior de participantes em futuros experimentos com o SVA/CBCA no Brasil.

Considerações finais

Na análise quantitativa de critérios, não houve diferenças significativas entre os relatos. As análises mostraram que para alguns participantes o relato verdadeiro pode apresentar mais critérios do que o relato falso enquanto que para outros, o oposto acontece. Portanto, a quantidade de critérios não é preditora de que um relato seja mais verdadeiro que outro. Observou-se que, em relatos verdadeiros, os critérios “5. descrição de interações” e “8. detalhes não usuais” estiveram significativamente mais presentes. Na comparação entre relatos verdadeiros e relatos totalmente falsos (isto é, excluindo-se os relatos apenas distorcidos), o critério “9: detalhes supérfluos” é significativo para apontar

a veracidade. A inclusão deste tipo de detalhe no relato aumenta a chance de que ele seja verdadeiro em aproximadamente 8 vezes.

Nos relatos, os critérios “10. incompreensão de detalhes relatados com precisão” e “18. Perdão ao outro sujeito presente no relato” não foram identificados em nenhum dos dois tipos de relatos (falsos ou verdadeiros). Esse resultado era previsível para o critério 10, pois ele costuma surgir apenas em relatos de crianças (Godoy-Cervera & Higuera, 2005). Os contextos dos relatos apresentados pelos participantes não apresentaram o critério “18. Perdão ao outro sujeito presente no relato”, mesmo nos relatos envolvendo conflitos com outras pessoas, provavelmente porque esse critério é mais frequente em relatos de eventos criminais (embora não seja tão comum). Também foram raros os critérios “13. alusões ao estado mental de outro sujeito presente”, “17. autodepreciação” e “19. detalhes característicos do evento”.

O critério “3. Quantidade de detalhes” sobre o tema principal não foi significativamente maior nos relatos verdadeiros. Isso contraria a maioria das pesquisas sobre o tema, mas confirma o que tem sido percebido na prática das entrevistas feitas pela perícia no Rio Grande do Sul, especificamente nos trabalhos de Reprodução Simulada dos Fatos. Na prática, podem acontecer duas situações em relatos falsos: 1) um número grande de detalhes periféricos ao fato central pode ser utilizado para confundir o entrevistador; ou 2) um número grande de detalhes relacionados diretamente ao fato central é relatado, mas os detalhes comprometedores são distorcidos. Sendo os detalhes reais, não há como o relator confundir-se em sua narrativa, tendo apenas que ter em mente que as pequenas distorções não podem entrar em conflito com os demais detalhes e não podem ser esquecidas eventualmente.

Qualitativamente, os relatos verdadeiros trouxeram maior número de referências ao sentido de visão e às sensações físicas (dor, náusea, contração, tontura, etc). Contudo, estas não podem ser vistas como elementos discriminantes entre relatos verdadeiros e relatos falsos. Os temas mais trazidos pelos participantes que relataram um evento marcante de suas vidas foram problemas de saúde, em geral envolvendo acidentes (25 relatos) e desafio seguido de desfecho vitorioso (25 relatos).

É importante salientar a dificuldade cognitiva e moral de contar um relato totalmente mentiroso. Somente 13 participantes de 46 afirmaram que seus relatos falsos eram totalmente falsos. Os demais trouxeram relatos falsos com detalhes verdadeiros (eventos que aconteceram com outras pessoas ou eventos ocorridos com o participante, mas com detalhes e desfechos alterados), ou seja, relatos com contexto todo verdadeiro e pequenos pontos falsos. Essas respostas “meio-falsas” dificultam a decisão sobre um relato ser verdadeiro ou falso.

No cotidiano da perícia em Reprodução Simulada dos Fatos e da perícia psicológica, é justamente com esses relatos, feitos por adultos, que o perito mais se depara. É cognitivamente mais fácil para o suspeito mostrar um pano de fundo verdadeiro com detalhes distorcidos em seu favor do que inventar um relato totalmente mentiroso. Isso demonstra que talvez devamos ter noção do que são os sinais da veracidade, mas procurar nos relatos pelos sinais da mentira (Rassin, 1999).

Conforme Vrij (2004), não há um sinal único que mostre uma mentira, mas alguns tipos de sinais podem ocorrer com mais frequência em relatos mentirosos do que em

relatos verdadeiros, e vice-versa. O simples fato de uma pessoa estar mentindo pode não produzir sinais particulares disso, mas essa pessoa poderá demonstrar alguma emoção, pensar mais antes de responder (complexidade do conteúdo) ou tentar controlar seu comportamento para causar uma impressão de que fala a verdade. Assim, técnicas combinadas de classificação dos relatos podem ser a melhor opção para a acurácia da avaliação.

Métodos combinados de avaliação da credibilidade são mais eficientes do que métodos isolados. Por esta razão, o uso isolado do *Statement Validity Assessment*, na prática e na pesquisa científica, não é adequado enquanto não houver definições mais precisas de como identificar objetivamente cada critério em qualquer discurso.

Em relação às características sócio-demográficas, tais como sexo, idade, escolaridade e profissão, não houve diferenças significativas em relação ao número de critérios presentes nos relatos. Griesel et al. (2013) apontam que esses fatores, incluindo outros como familiaridade com o evento e treinamento em CBCA, não necessariamente limitam a aplicabilidade da técnica. Os resultados do EFN também não apontaram diferenças nos relatos mesmo na presença de características de vulnerabilidade, desajustamento psicossocial, ansiedade ou depressão.

O CBCA não é ainda recomendado para definir se o relato de um adulto é falso ou verdadeiro, especialmente em contexto judicial. Recomenda-se mais pesquisa com amostras maiores, em diferentes contextos e com técnicas combinadas, para que haja um refinamento na perícia envolvendo relatos de adultos.

Referências

- Akehurst, L., Köhnken, G. & Höfer, E. (2001). Content credibility of accounts derived from live and video presentations. *Legal and Criminological Psychology*, 6, 65–83.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Bembibre Serrano, J., & Higuera Cortés, L. (2010). A vueltas con el error de Oteló: aplicación del modelo de control de fuentes a la credibilidad del testimonio y su afectación por la carga emocional. *Psicothema*, 22(1), 125-130.
- Bensi, L., Gambetti, E., Nori, R., & Giusberti, F. (2009). Discerning truth from deception: the sincere witness profile. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*. Acessado em: 30 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.usc.es/sepjf/index.php?option=com_content&view=article&id=54&Itemid=70>.
- DePaulo, B. M., Lindsay, J. J., Malone, B. E., Muhlenbruck, L., Charlton, K., & Cooper, H. (2003). Cues to deception. *Psychological Bulletin*, 129(1), 74–118.
- Godoy-Cervera, V., & Higuera, L. (2005). Criteria-Based Content Analysis (CBCA) in Statement Credibility Assessment. *Papeles del Psicólogo*, 26, 92-98.
- Griesel, D., Ternes, M., Schraml, D., Cooper, B. S., & Yuille, J. C. (2013). The ABC's of CBCA: Verbal Credibility Assessment in Practice. in B. S. Cooper, D. Griesel & M. Ternes (Eds.), *Applied Issues in Investigating Interviewing, Eyewitness Memory, and Credibility Assessment*. New York, NY: Springer.
- Hosmer, D. W.; & Lemeshow, S. (2001). *Applied Logistic Regression*. (2ª ed.). Danvers: John Wiley & Sons.

- Hutz, C. S., & Nunes, C. H. S. S. (2001). Escala de Ajustamento Emocional/Neuroticismo – EFN. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Köhnken, G., Schimossek, E., Aschermann, E., & Höfer, E. (1995). The cognitive interview and the assessment of the credibility of adults' statements. *Journal of Applied Psychology*, 80(6), 671–684.
- Landry, K.L. & Brigham, J.C. (1992). The effect of training in criteria-based content analysis on the ability to detect deception in adults. *Law and Human Behaviour*, 166, 663-676.
- Ptacek, R. (2013). Comparative study of methods for credibility analysis of verbal statements in forensic settings. *European psychiatry*, 28(1), 1.
- Rassin, E. (1999). Criteria Based Content Analysis: the less scientific road to truth. *Expert Evidence*, 7, 265–278.
- Rovinski, S. L. R. (2004). Avaliação da Credibilidade do Testemunho de Crianças. In: *Fundamentos da Perícia Psicológica Forense*. 1ª ed. Porto Alegre: Vetor, p.141-154.
- Ruby, C. L., & Brigham, J. C. (1997). The usefulness of the Criteria-Based Content Analysis technique in distinguishing between truthful and fabricated allegations: a critical review. *Psychology, Public Policy, and Law*, 3(4), 705-737.
- Undeutsch, U. (1989). The development of statement reality analysis. In J.C. Yuille (Ed.), *Credibility assessment* (p.101-121). Dordrecht, Netherlands: Kluwer.
- Vrij, A. (2004). Guidelines to Catch a liar. In P. A. Granhag, & L. A. Strömwall (Eds.), *The Detection of Deception in Forensic Contexts* (p.41-63). New York, NY: Cambridge University Press.
- Vrij, A. (2005). Criteria-Based Content Analysis: A Qualitative Review of the First 37 Studies. *Psychology, Public Policy, and Law*, 11(1), 3–41.
- Vrij, A., Akehurst, L., Soukara, S., & Bull. R. (2002). Will the truth come out? The effect of deception, age, coaching, and social skills on CBCA scores. *Law and Human Behaviour*, 26(3), 261-283.
- Vrij, A., Akehurst, L., Soukara, S., & Bull. R. (2004a). Detecting Deceit Via Analyses of Verbal and Nonverbal Behavior in Children and Adults. *Human Communication Research*, 30 (1), 8–41.
- Vrij, A., Akehurst, L., Soukara, S., & Bull. R. (2004b). Let Me Inform You How to Tell a Convincing Story: CBCA and Reality Monitoring Scores as a Function of Age, Coaching, and Deception. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 36:2, 113-126.
- Vrij, A., Edward, K., & Bull, R. (2001a). People's insight into their own behaviour and speech content while lying. *British Journal of Psychology*, 92, 373–389.
- Vrij, A., Edward, K., & Bull, R. (2001b). Police officers' ability to detect deceit: The benefit of indirect deception detection measures. *Legal & Criminological Psychology*, 6(2), 185.
- Vrij, A., & Ganis, G. (2014). Theories in Deception and Lie Detection. In D. C. Raskin, C. R. Honts, & J. C. Kircher (Eds.), *Credibility Assessment*. San Diego, CA: Academic Press (Elsevier).
- Vrij, A., & Granhag, P. A. (2012). Eliciting cues to deception and truth: What matters are the questions asked. *Journal of Applied Research in Memory and Cognition* 1(2), 110.

- Vrij, A., Mann, S., Kristen, S., & Fischer, R. P. (2007). Cues to Deception and Ability to Detect Lies as a Function of Police Interview Styles. *Law and Human Behaviour*, 31, 499–518.
- Willén, R. M., & Strömwall, L. A. (2012). ‘Offenders’ uncoerced false confessions: A new application of statement analysis? *Legal and Criminological Psychology*, 17, 346–359.
- Zaparniuk, J., Yuille, J. C., & Taylor, S. (1995). Assessing the credibility of true and false statements. *International Journal of Law and Psychiatry*, 18(3), 343-352.

Recebido em: fevereiro de 2016

Aceito em: maio de 2017

Patrícia Vasconcelos Machado: Psicóloga formada pela Universidade Luterana do Brasil, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Perita Criminal do Instituto-Geral de Perícias/RS desde 2010.

Maiala Bittencourt Silvano: Psicóloga formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, colaboradora do Grupo de Pesquisa do Laboratório de Mensuração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Claudio Simon Hutz: Psicólogo, Mestre e Doutor pela University of Iowa (USA) e com pós-doutorado na Arizona State University (USA). Atualmente é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, coordenador do Laboratório de Mensuração do PPG Psicologia da UFRGS e Presidente da Associação Brasileira de Psicologia Positiva (ABP+).

Endereço para contato: Patricia-machado@igp.rs.gov.br